

SUPLEMENTO

DO PATRIMÓNIO

São Pedro de Caíde de Rei em 1758: memória paroquial, toponímia e património

Texto e fotografia | Cristiano CARDOSO *
e Luís SOUSA**

O projeto da publicação individual e respetiva análise de conteúdo das Memórias Paroquiais de 1758 visa, sobretudo, a promoção desta importante fonte para a história local e a sua valorização através de uma interpretação direta e simplificada do seu texto. Apesar de se tratar de uma fonte já publicada, permanece num formato pouco acessível ao público em geral, razão que mais nos motiva a não negligenciar a sua ampla divulgação.

Deste modo, damos continuidade aos artigos, centrando o texto que se segue na apresentação da memória paroquial de São Pedro de Caíde de Rei, abordando temas que consideramos importantes e curiosos para a compreensão desta paróquia nos meados do século XVIII.

* Técnico Superior de História, CML.
** Arqueólogo, CML.

A PARÓQUIA

A igreja de Caíde de Rei foi do padroado régio durante toda a Idade Média. Nos derradeiros anos do século XIV, em 1399 e 1400, o rei D. João I ainda apresentava dois párocos para esta igreja, Domingos Gonçalves e João Rodrigues. A indicação do pároco ficava sujeita à confirmação do próprio rei e do arcebispo de Braga. Tudo leva a crer que esta prerrogativa régia se tenha mantido por mais algum tempo. Já nos finais do século XVI, este direito (*jus praesentandi*) passou a ser exercido pelos condes de Sabugal, na sequência da doação que fez o rei D. Sebastião, no ano de 1573, do concelho de Santa Cruz de Riba Tãmega, com todos os direitos associados, incluindo os padroados, a D. Garcia de Meneses, tio materno de D. Duarte de Castelo Branco, 1.º conde de Sabugal, título criado em 1582 pelo rei D. Filipe I. A freguesia de Caíde de Rei pertenceu, portanto, ao julgado de Santa Cruz e, posteriormente, ao concelho de Santa Cruz de Riba Tãmega. Só em 1855, com a extinção do referido concelho, se operou a integração desta freguesia no concelho de Lousada. Em termos de organização eclesiástica esteve integrada na diocese de Braga durante pelo menos 6 séculos, passando, em 1882, para a diocese do Porto.

Os bens da igreja de Caíde de Rei constituíram a base patrimonial da criação de uma comenda nova da Ordem de Cristo por volta dos últimos anos do primeiro quartel de Quinhentos. No tomo dos bens da comenda, realizado no ano de 1613, era comendador frei Dom Manuel de Ataíde e Azevedo.

As principais corografias confirmam estes dados. O Padre Carvalho da Costa, em 1706, na sua *Corografia Portuguesa*, afirma que Caíde de Rei era reitoria da comenda da Ordem Cristo e o reitor da apresentação do conde de Sabugal, rendendo 100 000 réis para o pároco e 300 000 réis para o comendador. Nas primeiras décadas de Setecentos, Craesbeck, nas *Memórias Ressuscitadas*, identificou o reitor António Ribeiro, mas errou ao atribuir a comenda ao conde de Sabugal. A comenda, por esta altura, era do 1.º marquês de Angeja, D. Pedro António de Noronha, sobrinho de D. Catarina de Noronha. No Inquérito Paroquial de 1758, o reitor Caetano Pinto de Almeida confirmava que a terra e a apresentação do pároco pertenciam ao Conde Meirinho-mor (conde de Sabugal), afirmando que a comenda era do marquês de Angeja.



Figura 2. Imagem de São Pedro em pedra de Ançã

MEMÓRIA PAROQUIAL DE CAÍDE DE REI: TRANSCRIÇÃO

Caetano Pinto de Almeida, reitor da parochial igreja de **Sam Pedro de Cahide de Rei**, da Segunda Parte da vizita de Souza e Ferreira, deste Arcebispado de Braga Primaz, em satisfação da ordem e mandado do Muito Reverendo Senhor Doutor Provizor deste ditto Arcebispado, que me foi entregue para enformar do que conthém no interrogatorio incluzo, em observancia della, o que me offerece informar hé o seguinte. 1º. Ao primeiro artigo do interrogatorio, fica esta terra na Provincia de Entre Douro e Minho, Arcebispado de Braga Primaz, pertence à comarca de Guimarães, hé a freguezia de Sam Pedro de Cahide de Rei, concelho de Santa Cruz de Riba Tamagea. 2º. Ao segundo, não hé terra de El Rei, mas sim hé senhor della o Conde Meirinho Mor do Reino, a quem reconhecem alguns lavradores com foros e pençoens. Além deste senhor hé terra imprazada a diferentes senhorios, a quem pagam rendas, como hé ao Convento de Mancelllos dos Padres Dominicicos, e ao Convento de Travanca dos Padres Bentos. 3º. Tem esta igreja duzentos e doze vezinhos, pessoas maiores e menores setecentas e dez. 4º. Esta freguezia está situada no meio de huma ribeira, confina pela parte do Sul e Nascente com hum monte e estrada que vem da villa de Arriffanna de Souza para o lugar da Lixa, e pela parte do Poente e Norte com a freguezia de Meinedo, do bispado do Porto, e com a freguezia de Alentém, Arcebispado de Braga. E della se descobre hum valle que chega à freguezia de Mouriz, que tem em si duas legoas de comprido, e no alto do monte, pela parte do Nascente e Sul parte com a freguezia de Sam Paio de Oliveira, deste Arcebispado, por donde corre huma grande estrada, que vem da villa de Souza para o lugar da Lixa. Terá esta estrada coatro legoas de comprido. E hé aprazivel, por ir à vista de povo de huma parte e da outra. Neste monte se criam lebres, perdizes e alguns coelhos. 5º. Não tem termo seu, pertence ao concelho de Santa Cruz de Sima Tamega. 6º. Está a parochia situada no meio da freguezia, entre lugares que são os seguintes: lugar de Barreiros, Pereiras, Sobreira,

Lage, Lama Grande, villa Verde, Mouro, Cahide, Prozello, Almeida d'Aquém, Almeida d'Além. 7º. Hé o orago desta freguezia Sam Pedro de Cahide de Rei. Tem a igreja três altares, altar maior do Santissimo Sacramento, o altar de Nossa Senhora do Rozario, o de Santo Antonio. 8º. O paroco desta igreja hé reitor. Terá de renda cem mil reis, pouco mais ou menos, porque não tem dizimos, por ser comenda do Marquês de Engeja. Hé a apresentação do Conde Meirinho Mor deste Reino. 9º. Nam tem beneficiados. 10º. Nam tem conventos. 11º. Também nam tem hospital. 12º. Nem caza de Mizericordia. 13º. Tem três ermidas, a saber, Sam Brás, situada no lugar de Mouro, que fabrica a freguezia. Santo Antonio no lugar de Quintam, pertence a Antonio Agostinho Villas Boas de Abreo. Sam Miguel das Donas, na Quinta da Ceara, que fabrica Luiz Manoel Coelho de Calvos. 14º. Nenhuma destas tem romagem. 15º. Os frutos desta terra são senteio, milho, feijam, azeite, castanha, landre, vinho verde, boas frutas. 16º. Tem juiz ordinario e camera, a qual governa o corregedor da villa de Guimarães. 17º. Nam tem couto, cabeça de concelho, nem betria. 18º. Não há memoria que florescessem algum em Armas, nem em Letras. 19º. Nam tem feira. 20º. Nam tem correio, mas serve-se com o de Arriffanna de Souza, que dista duas legoas. 21º. Está esta terra distante da cidade de Lisboa sessenta legoas. 22º. Tem o privilegio da Bulla e o da Trindade. 23º. Nam há lagoa, fontes, as comuas com que se serve o povo. 24º. Nam hé porto de mar. 25º. Nam hé terra murada. 26º. Nam padeceo ruina na ocaziam do Terremoto de 1755. 27º. E a tudo mais contheudo adiante no interrogatorio não tenho que enformar. O que tudo passa na verdade, de baixo do coal me assignei aqui com o reverendo Manoel Coelho de Mendonssa, vigario da freguezia de Sam Paio de Oliveira, e com o reverendo João Teixeira Ozorio, vigario da freguezia de Sam Mamede de Alentém, por sermos vezinhos. Hoje, 16 de Maio de 1758. O reitor, Caetano Pinto de Almeida. O vigario, Manoel Coelho de Mendonça. Em ausencia do reverendo vigario de Alentém, e também como paroco circunvezinho, o abbade de Villar, Francisco Joseph de Souza.

TOPONÍMIA, PATRIMÓNIO E PERSONALIDADES

TOPONÍMIA

Denominação (antiga-1758/actual)	Nota etimológica/Ref ¹ . bibliográficas/Observações
Almeida d'Além	Almeida surge aqui com conotação topográfica, devendo ter origem etimológica no árabe <i>al-mā'idā</i> , que expressa - «mesa», o outeiro» (Machado JP, 1993, I: 104). O emprego do advérbio «Além» tem por objetivo expressar distância relativamente a um determinado ponto de referência, que, no caso, deverá relacionar-se com a casa ou com o próprio lugar de Almeida, revelando, deste modo, que se trata de uma propriedade que ocupa as cercanias de Almeida, talvez a zona que se estende para Sul daquela dependência agrícola.
Almeida d'Aquém	O mesmo que o anteriormente anotado para Almeida. O advérbio «Aquém» tem aqui igualmente um papel fundamental ao circunscrever o "lugar", para cá ou do lado de cá, neste caso, de Almeida, ou seja, indica uma parcela de terra localizada provavelmente a Norte da atual Casa de Almeida.
Barreiros	Topónimo evidente. J. P. Machado (1993, I: 221) considera tratar-se de um «lugar de onde se tira barro», «terra alagada». Este vocábulo deriva assim de barro, declara ser lugar onde se recolhe ou existe terra argilosa.
Cahide/Caide	Topónimo presente em algumas regiões de Portugal a Norte do Douro. J. P. Machado (1993, I: 310) não apresenta a sua evolução etimológica, contudo aponta como de origem provavelmente germânica.
Lage	De origem obscura, é um vocábulo frequente quer em Portugal, quer na Galiza.
Lama Grande	Topónimo evidente. Relaciona-se usualmente com uma superfície pautada pela abundante presença de água, resultando num solo "ensopado".
Mouro	Do latim «Mauros», os «habitantes da Mauritânia». Em Portugal tomou o sentido de os «habitantes de Marrocos» e depois o de «Muçulmanos», para, mais tarde, voltar ao anterior (Machado JP, 1993, II: 1030).
Pereiras	Almeida Fernandes (1999: 472), pela abundância do topónimo em Portugal, considera que se deve justificar a sua raiz etimológica na presença de um local rochoso, e não na existência de árvores cujo fruto é a pera. A formação desta palavra deve, portanto, procurar-se em « <i>pera</i> » + eira. Ainda assim, o autor não põe de parte que tal palavra possa relacionar-se com a presença de tal árvore de fruto ou mesmo tendo origem no apelido pessoal.
Prozello/Perozelo	Topónimo de difícil classificação. Terá origem em <i>peroso</i> ? Derivado de <i>pera</i> (=pedra)? (Machado JP, 1993, III: 1165).
Sobreira	Área pautada maioritariamente pela presença de sobreiros? Ou, por outro lado, estamos perante uma palavra formada de « <i>sob</i> » + « <i>eira</i> », isto é, abaixo de uma superfície regularmente aplanada empregue no sequeiro de cereal, concorrendo para tal a presença de largas extensões de rocha no morro que se estende a Oeste do lugar?
Villa Verde/Vila Verde	Por vila entende-se aqui uma zona onde é evidente a presença de um certo número de casas mais/menos próximas e que se dispõem em redor de uma parcela agrária de boa dimensão, ou unidade agrícola de superior grandeza que o casal. O adjetivo « <i>verde</i> » deverá aqui ser entendido enquanto extensão agrária onde sobressai a matiz verde da paisagem.

Anotações etimológicas dos termos apresentados segundo a obra de A. de Almeida Fernandes – *Toponímia Portuguesa: exame a um dicionário*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1999 e de José Pedro Machado – *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*. 3 Volumes, 2ª edição. Livros Horizonte/Confluência, 1993.

PATRIMÓNIO

IGREJA DE SÃO PEDRO DE CAÍDE DE REI

Da antiga construção medieval não ficou qualquer vestígio. A atual igreja de Caide de Rei foi construída no século XVI e, ao longo dos sé-

culos seguintes, foram feitas algumas obras de remodelação e acrescentos. A parte mais antiga corresponde à nave, podendo-se observar o portal norte, de arco quebrado composto por aduelas largas e altas e apresentando chanfradura com arranque florido. No lado oposto, o portal sul, de verga reta, também se distingue pela presença da chanfradura.

Nos finais do século XIX a igreja foi totalmente renovada. A fachada foi reconstruída em estilo neorromânico, uma corrente artística revivalista que pretendia recuperar o espírito das construções medievais. Também nesta época foi construída a torre-sineira, aproveitando a parede de um antigo campanário. Inserido numa pequena edícula da fachada encontra-se uma escultura de São Pedro em pedra de Ançã, que deverá remontar ao século XV ou XVI. Esta imagem, exposta ao clima há, pelo menos, um século, revela já um grande desgaste e a perda completa da policromia, ou seja, da pintura original, que certamente a revestia e decorava.

No interior guarda três retábulos neoclássicos da segunda metade do século XIX. Nas paredes vê-se ainda alguns padrões completos de azulejos do século XVIII, alternado com reproduções modernas.



Figura 3. Portal norte com esquina chanfrada e arranque florido

A pia batismal é uma obra escultórica recente, não terá mais que cem anos. A pia original foi deslocada para uma casa particular da freguesia. Os tetos da igreja também merecem uma referência. Neles encontramos representados os quatro evangelistas e o orago da freguesia.

CAPELA DE SÃO BRÁS

Esta capela está completamente arruinada, revelando profunda negligência por parte de sucessivos fabriqueiros. Segundo o pároco Caetano Pinto de Almeida, em 1758, a capela era pública, fabricada pelo povo da freguesia. No entanto, em 1786, encontramos Diogo Guedes, da casa do Mouro, a pedir licença para aí colocar um confesonário, certamente para sua assistência e da sua família.



Figura 4. Aspeto da capela de São Brás

CAPELA DE SANTO ANTÓNIO

Atualmente englobada no conjunto residencial da casa da Quintã e no interior da sua cerca, a capela de Santo António estava anteriormente separada do corpo da casa e voltada para terreiro e caminho público, como obrigavam as normas eclesíásticas da época. Foi mandada construir pelo padre António Correia Barbosa em 1735, obtendo licença para aí dizer missa. Em 1758 era proprietário da casa e administrador da capela António Agostinho Vilas Boas de Abreu que casara com uma sobrinha do padre fundador.



Figura 5. Casa da Quintã e Capel

CAPELA DE SÃO MIGUEL ARCANJO

Trata-se de uma capela integrada no conjunto arquitetónico da casa da Seara, ocupando posição perfilada com a fachada da casa, mas separada do corpo residencial. Todo o conjunto se encontra devoluto e em adiantado estado de ruína. A casa e quinta da Seara era uma das propriedades integradas no património da igreja de Caíde de Rei, posteriormente incluídas nos bens da já referida comenda nova da Ordem de Cristo. Foi uma das casas mais importantes da região, tendo-se mantido na posse da mesma família – os Coelho de Calvos França Brandão – até meados do século XX, ao longo de mais de 500 anos. Desconhece-se a data de construção da primitiva capela, sabendo-se, contudo, que esta foi mudada de sítio no ano de 1724, a pedido de Manuel Pinto Brandão, senhor da casa. Poucos anos depois, em 1732, o mesmo administrador requereu a bênção eclesíástica da referida capela, provavelmente na sequência da sua reconstrução ou profunda remodelação.



Figura 6. Capela de São Miguel Arcanjo, casa da Seara